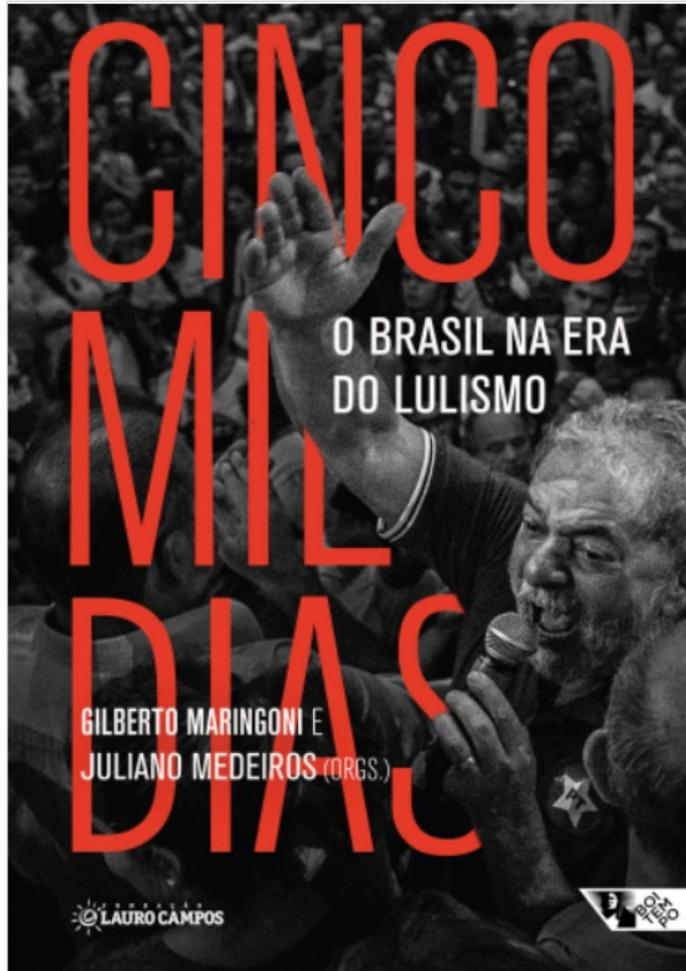


# AUP-5919 – Produção do Espaço Urbano e Finanças Contemporâneas: O Papel do Fundo Público



2017 - Org.: doutorando em ciência política pela UNB / co-autor de livro sobre 10 anos do PSOL e (?)

Cinquenta e dois autores – entre acadêmicos, lideranças políticas e ativistas sociais – de relevância nacional e de variadas matizes políticas no campo progressista realizam uma minuciosa avaliação, setor por setor, dos 13 anos de governos lulistas, que abrangem o período entre 2003 e 2016. São enfocados, entre outros, temas como economia em suas múltiplas variáveis, desenvolvimento, direitos sociais, judiciário, infraestrutura, energia, educação, saúde, cultura, segurança pública, meio-ambiente, direitos da mulher, população LGBT, povos indígenas, questão racial, esportes, combate à pobreza, comunicações ...

Fonte: <https://www.boitempoeditorial.com.br/produto/cinco-mil-dias--673>

Orelha da Luíza Erundina, autores: André Singer, Armando Boito Jr., Aldo Fornazieri, Chico Alencar, Cid Benjamin, Edmilson Brito Rodrigues, Eduardo Fagnani, Eloísa Machado de Almeida, Erminia Maricato, Guilherme Boulos, Ivan Valente, Jean Wyllys, José Luiz Del Roio, Leda Maria Paulani, Ligia Bahia, Luciana Royer, Lúcio Gregori, Luis Felipe Miguel, Luiz Eduardo Soares, Nilcéa Freire, Pedro Paulo Zahluth Bastos, Reginaldo Nasser e Vladimir Safatle, entre outros.



# AUP-5919 – Produção do Espaço Urbano e Finanças Contemporâneas: O Papel do Fundo Público

Ermínia Maricato e Luciana Royer

## Precedentes diretos:

Política Urbana realizada a partir  
de experiências municipais  
[emblemáticas]

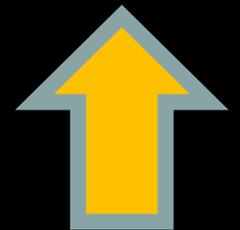
X

Ajuste Econômico em âmbito  
federal

**2003 a 2016:**

**inovações e  
investimentos em  
políticas de impacto social,  
infraestrutura e moradia  
>> Projeto “desenvolvimentista”  
Keynesiano, distribuição de renda  
e ampliação do consumo indivi-  
dual e familiar**

[contraposição à ditadura:  
desenvolvimentismo  
com concentração de renda e sur-  
gimento de organizações sociais]



# AUP-5919 – Produção do Espaço Urbano e Finanças Contemporâneas: O Papel do Fundo Público

## Anos 70

Infraestrutura econômica

>>>

Habitação / Mobilidade e  
Saneamento

Criação de 02 Fundos financiados-  
res:

**FGTS [recursos públicos]**

**SBPE [recursos privados]**

**Milagre Brasileiro sem romper  
com interesses privados e de ca-  
pitais, marcado pela migração**

## Anos 80

**Crise + periferização ilegal urbana  
+ greves + redemocratização  
Nova Constituição (Cidadã)**

### CAPÍTULO II - DA POLÍTICA URBANA

Art. 182. Política de desenvolvimento urbano é Municipal, p/ cumprir fç sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O Plano Diretor pela Câmara Municipal obrigatório > 20.000hab [denvolvimento e de expansão urbana]

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social = Plano Diretor. (...) solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena sucessiva de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - IPTU progressivo no tempo;

III - desapropriação mediante títulos da dívida pública...

Art. 183. (...) área urbana de até 250m², por 05 anos, moradia adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro.

§ 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos

§ 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor

§ 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.



# AUP-5919 – Produção do Espaço Urbano e Finanças Contemporâneas: O Papel do Fundo Público

## Movimento da Reforma Urbana

**Democracia Direta >> Prefeituras Democrático Populares >> Orçamento Participativo >> experiências próprias de:**

**1 - recuperação de áreas precárias / urbanização de favelas [que engendram um conhecimento original para tratamento de “mazelas decorrentes de um urbanismo sem regras ou recursos” [Rosana Denaldi], tratando-se riscos, saneamento e urbanização]**

**2 – Novas moradias com assistência técnica, priorizando-se qualidade arquitetônica e construtiva, preços baixos e participação [FUNAPS], inspiradas nas cooperativas uruguaias**

[soluções para realidades específicas locais, tais como os corredores de ônibus com integração modal quanto à mobilidade] EXPECTATIVA



# AUP-5919 – Produção do Espaço Urbano e Finanças Contemporâneas: O Papel do Fundo Público



Mutirões Funaps  
(Gleba São Francisco)



# AUP-5919 – Produção do Espaço Urbano e Finanças Contemporâneas: O Papel do Fundo Público

**Ministério das  
Cidades**

**04 eixos:**

**Saneamento / Mobilidade urbana / Habitação / Prog. Urbanos Estrut.**

**Precursor: “Projeto Moradia” – Instituto Cidadania [2000]**

- > Integração entre os níveis de governo e participação social
- > Soluções para financiamento e subsídio à baixa renda
- > Atenção à terra urbana e localização, sem foco na produção

**<< SISTEMA NACIONAL DE HABITAÇÃO >>**

**Conferência Nacional das Cidades [2003]**

**Participação Social :: Conselho das Cidades**

**X**

**Governabilidade [escândalos] :: Alianças Políticas**

**Competência Constitucional Municipal [circunscreveu Mcidades]**

**Bojo de conquistas Institucionais e de arcabouço legal**



# AUP-5919 – Produção do Espaço Urbano e Finanças Contemporâneas: O Papel do Fundo Público

## Competência Constitucional Municipal circunscreveu ações Midades Marcado por conquistas Institucionais e de arcabouço legal

- \* 1988 – Artigos 182 e 183 da Constituição Federal;
- \* 2000 – Emenda Constitucional n. 29 assegura direito à moradia;
- \* 2001 – Estatuto da Cidade Lei Federal n. 10.257/01;
- \* 2003 – Criação do Ministério das Cidades;
- \* 2003, 2004, 2005, 2007, 2010, 2013, 2016 – Conferências Nacional das Cidades;
- \* 2004 – Conselho Nacional das Cidades;
- \* 2005 – Lei Federal de Consórcios Públicos n. 11.107/05;
- \* 2005 – Lei Federal do Fundo Nacional de Habitação Social n.11.124/05;
- \* 2007 – Lei Federal do Saneamento Básico n. 11.445/07;
- \* 2007 – Programa de Aceleração do Crescimento (PAC);
- \* 2009 – Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e PAC 2;
- \* 2011 – PMCMV 2;
- \* 2011 – Lei Federal dos Resíduos Sólidos n.12.305/10;
- \* 2012 – Lei Federal da Mobilidade Urbana n. 12.587/12;
- \* 2015 – Estatuto da Metrópole n. 13.089/15.



# AUP-5919 – Produção do Espaço Urbano e Finanças Contemporâneas: O Papel do Fundo Público

>> Esforço de recuperação do investimento via revisão dos termos do ajuste fiscal

- :: Negociação direta com FMI quanto ao Superávit Primário
- :: Articulação com Conselho Curador do FGTS [acesso à baixa renda]
- :: Subsídios habitacionais com receitas do investimento do FGTS

>> Inclusão econômica e retomada do investimento via Programas

PAC 2007

Logística / energia / infra  
2007-2012: 82bi des. Urb.

Recursos: FAT / FGTS / OGU  
[inovação especialmente em UAP]

::

PMCMV 2009

Habitação via mercado  
2009-2014: 172bi

FGTS / FAR / OGU

3,5mi novas moradias

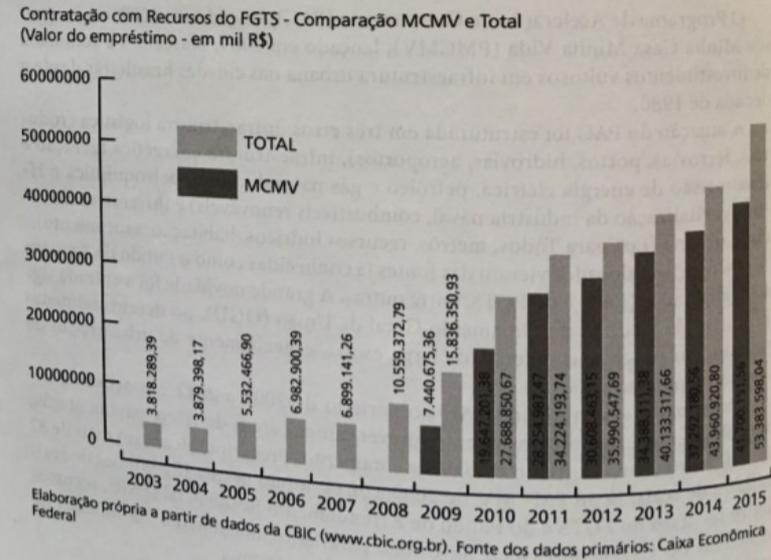
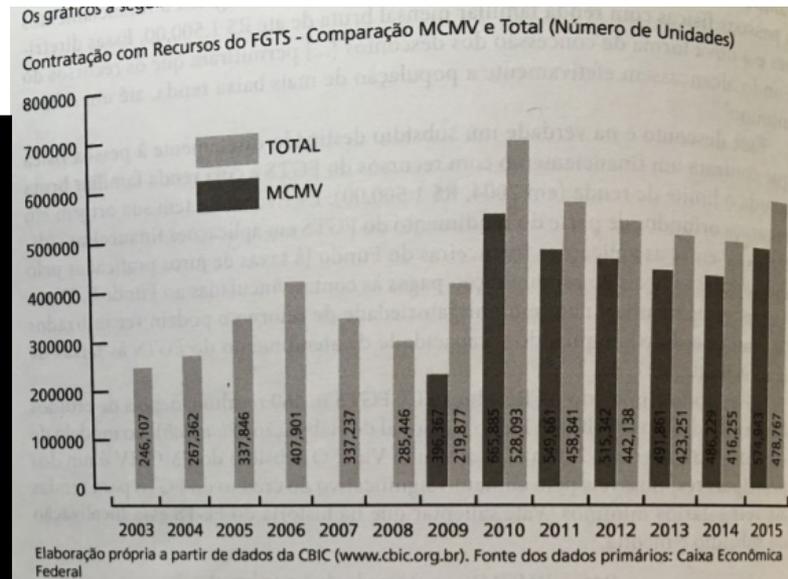


# AUP-5919 – Produção do Espaço Urbano e Finanças Contemporâneas: O Papel do Fundo Público

**PAC** X **PMCMV**  
**Autonomia local** termos do mercado  
**Urbanização AP** padronização [BNH]

⊕ MCMV Entidades

PMCMV  
 Aumento do valor financiado com  
 redução do volume produzido  
 :: aumento do valor dos imóveis



# AUP-5919 – Produção do Espaço Urbano e Finanças Contemporâneas: O Papel do Fundo Público

## **PAC 1 >> PMCMV2 >> Megaeventos**

:: Tratamento genérico e centralizador

:: Boom imobiliário sem reforma fundiária e urbana

**PARADOXO:**

**“A RETOMADA DO INVESTIMENTO NÃO MELHOROU AS CONDIÇÕES DE VIDA URBANA”**

**Resultados do desenvolvimentismo via produção automobilística  
ANTP: Queda nas condições de mobilidade das cidades -> jun/13**

“ a ausência da agenda prevista na proposta de Reforma Urbana cobrou seu preço. Distribuição de renda não basta para melhorar as condições de vida urbana, ainda mais em um país no qual o mercado formal deixa de fora, no exílio da periferia, mais de 50% das populações das cidades



# AUP-5919 – Produção do Espaço Urbano e Finanças Contemporâneas: O Papel do Fundo Público

Obrigado!

;)



# AUP-5919 – Produção do Espaço Urbano e Finanças Contemporâneas: O Papel do Fundo Público

## LINHA DO TEMPO HELIOPOLIS

FUNAPS 1989-1992

Operações Interligadas 1989-1992

Gleba L Cingapura 1994-1996

Cingapura Gleba A – 1996-2004

Conjunto Habitacional 115  
Gleba A – 2007



**SEAC PRÓ-FAVELAS [1.006UN.]**

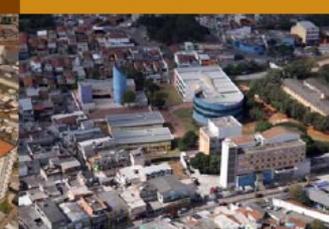
Gleba A – 2005-2009

Quadra 0 – Gleba A

Gleba A – Cingapura 1994-2000 e  
Prog. Urb. Favela 2009

Gleba N – Cohab 1994 e  
Sehab 2009

Gleba M – ETEC 2005-2009



Residencial Heliópolis 1  
(Provisão Gleba K) 2011

Comandante Taylor  
(Provisão Gleba K) 2012

Gleba H – 2012-2013

Gleba G – 2013-2014

Gleba G – 2013-2014



**SOUZA, 2012**



# AUP-5919 – Produção do Espaço Urbano e Finanças Contemporâneas: O Papel do Fundo Público

<b>1970</b>	<b>1979:</b> Aprovação da Lei Federal de Parcelamento do Solo, Lei nº 6.766
<b>1980</b>	<b>1988:</b> Incorporação do Capítulo da Política Urbana na Constituição Brasileira, aprimorando o conceito de função social da propriedade
<b>1990</b>	<b>1999:</b> Alterações na Lei de Parcelamento do Solo, dando tratamento especial aos assentamentos populares regularizados no âmbito de ações públicas locais
<b>2000</b>	<b>2000:</b> Definição da moradia como um direito social pela Emenda Constitucional nº 26
	<b>2001:</b> Aprovação do Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, pelo Congresso Nacional, e edição da Medida Provisória nº 2.220, que disciplinou a CUEM de imóveis públicos ocupados
	<b>2004:</b> Aprovação da Lei Federal nº 10.931, que estabelece a gratuidade do primeiro registro decorrente da regularização fundiária
	<b>2007:</b> Aprovação da Lei Federal nº 11.481, definindo mecanismos iniciais para a regularização fundiária em terras da União
	<b>2009:</b> Aprovação da Lei Federal nº 11.952, definindo mecanismos iniciais para a regularização fundiária em terras da União na Amazônia Legal e da Lei Federal nº 11.977, dispondo sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e de Capítulo referente à regularização fundiária de assentamentos informais urbanos
<b>2010</b>	<b>2011:</b> Aprovação da Lei Federal nº 12.424, dispondo sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (fase II) e de novos instrumentos referentes à regularização fundiária urbana
	<b>2017:</b> Aprovação da Lei Federal nº 13.465, dispondo sobre a regularização fundiária rural e urbana, na Amazônia Legal e revogando Capítulo da 11.977/09

